
A memória jornalística de mulheres militantes no cinquentenário do golpe militar¹

Caroline Cavalleiro CAMPOS²

Maria Cristina GOBBI³

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, SP

RESUMO

A principal atribuição deste artigo é investigar a cobertura dos 50 anos do golpe militar realizada pelo jornal Folha de S. Paulo em 2014 e de que forma a comunidade feminina que enfrentou, direta ou indiretamente, a ditadura é representada pela narrativa do veículo. Para isso, foram desenvolvidas três fases de investigação: análise bibliográfica e documental, entrevista semiestruturada com Maria Amélia de Almeida Teles e, por fim, sistematização das matérias publicadas pela Folha durante a efeméride. Os resultados constataam a desvalorização e a supressão das mulheres no jogo político e a descredibilização da figura feminina em sua variedade enquanto agente histórico, refletida pela falta de aprofundamento da mídia hegemônica em suas lutas, movimentos e demandas contra a ditadura e contra a sociedade patriarcal.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Ditadura Militar; Folha de S. Paulo; Mulheres; Memória

INTRODUÇÃO

De 1964 a 1985, o Brasil passou por um profundo momento de exceção caracterizado pela violência escancarada, pelo desrespeito à liberdade de expressão e pela vaidade burguesa. Depois do golpe de 31 de março, que tirou João Goulart, conhecido como Jango, do poder e elevou a patente política dos militares, a repressão, a censura e a tortura se tornaram instrumentos institucionais e afetaram todos os núcleos civis-democráticos da sociedade, principalmente aqueles que resistiram à chamada ditadura militar.

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XIX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação. 10º semestre do Curso de Jornalismo da FAAC - Unesp, e-mail: c.campos@unesp.br

³ Bolsista de Produtividade do CNPq. Pesquisadora Livre-Docente pela Unesp. Bolsista Fapesp (Processo 2022/08397-6). Professora Associada da FAAC-Unesp, nos cursos de graduação e nos programas de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia e em Comunicação, desde 2008. Orientadora do trabalho, e-mail: cristina.gobbi@unesp.br

No entanto, apesar de dolorosa, a memória daqueles 21 anos tem dificuldades de abarcar a totalidade das histórias e comunidades que se opuseram ao regime⁴. Quando olhamos para trás, percebemos que pouco se fala sobre a luta da população negra, das comunidades indígenas, da classe trabalhadora, da comunidade LGBTQIA+ e de todos os outros indivíduos marginalizados que foram arrancados à força do processo de estruturação da memória coletiva.

Especialmente quando falamos da ditadura, um movimento conservador e apoiado pela elite política e financeira brasileira, pela grande imprensa, pelo governo estadunidense e por parte da sociedade civil, é possível perceber que as comunidades minoritárias e suas versões dos fatos ficaram trancadas, por longos anos, nos porões do passado – um passado narrado, formalizado e difundido pela classe dominante branca, masculina e cisgênera. Com isso, essas “memórias clandestinas” (POLLAK, 1989) que não integram a narrativa oficial são, conseqüentemente, restritas à tradição da história oral e repassadas majoritariamente dentro do espaço privado.

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. (POLLAK, 1989, p. 4)

Ao considerar essa ideia inicial, o objetivo primordial deste artigo é resgatar, entre essas comunidades, a trajetória de resistência feminina em sua ampla variedade durante a ditadura militar brasileira, em uma tentativa de pluralizar as perspectivas históricas e entender as mulheres como agentes ativos na construção do passado. As mulheres aqui lembradas desafiaram as imposições de gênero do período ao subverter o tradicional “lugar de mulher” e protagonizarem importantes movimentos e ações, armadas ou não, que desestabilizaram as estruturas do repressivo aparato estatal.

Na época, a luta feminista era considerada subversiva para o Estado e divisionista para os partidos de esquerda – e silenciada em ambos os casos. Para a historiadora Ana Maria Colling (2015, p. 373), que em 1997 já discutia a participação feminina na luta contra o regime autoritário, “a história da repressão durante o período

⁴ O uso da palavra “regime”, nesse caso, acontece por pura necessidade de variar o vocabulário do relatório; de forma alguma para suavizar ou relativizar o período. O que aconteceu no Brasil entre 1964 e 1985 foi, de fato, uma ditadura.

da ditadura militar é uma história de homens. A mulher militante política não é encarada como sujeito histórico, sendo excluída do jogo do poder”.

Na conjunção desses fatores, o papel dos meios de comunicação também foi levado em conta. Nesse caso, a imprensa é interpretada não apenas como uma mera vitrine expositora dos fatos, mas também, e principalmente, como uma ferramenta que molda e solidifica essa narrativa oficial.

A mídia hegemônica, instrumento legitimador da classe dominante, apoiou massivamente o golpe contra Jango, só se afastando do abraço dos generais quando estes passaram a endurecer, gradualmente, o regime – esse afastamento auxiliou, de fato, a expandir o então crescente desejo democrático. Por isso, foi escolhida a Folha de S. Paulo como objeto de investigação, não somente por ser o jornal com mais assinantes do país desde 1986 como também pela sua influência na opinião pública brasileira.

Fundada em 1921, a Folha foi um dos muitos veículos a amparar indiscriminadamente o golpe em 1964, criando uma atmosfera propícia para a deposição de Jango. Junto aos outros jornais da época, a Folha colaborou no acirramento das tensões contra uma falsa e delirante ameaça comunista. Entre as muitas mudanças de linha editorial ao longo da ditadura, é válido destacar o período em que, após o general Costa e Silva (terceiro dos cinco ditadores que passaram pelo controle do país) decretar a instituição do AI-5⁵, a Folha passa a ser comandado por jornalistas que possuíam ligação com a polícia, encabeçados por Antônio Aggio Jr.

Nesse sentido, buscando um perfil desse periódico, muitos se atribuem a criação da célebre frase que definiu a *Folha da Tarde* a partir de julho de 1969. O jornal era tido como “o de maior tiragem”, devido ao grande número de policiais que compunham a redação no pós-AI-5. Por isso, muitos também a conheciam como “delegacia”. (KUSHNIR, 2004, p. 274)

Nesse momento, o jornal atuou como um colaborador oficial do governo militar, onde optava por endossar a versão dos fatos divulgada pelos órgãos de repressão, como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Além do trabalho jornalístico, a empresa também fora acusada de emprestar veículos para a repressão que chegavam a

⁵ O ato institucional nº 5 autorizava o presidente a cassar mandatos de congressistas, suspender a garantia do *habeas corpus*, decretar o fechamento do Congresso, suspender direitos políticos, confiscar bens considerados ilícitos e intervir nos estados e municípios.

transportar presos políticos e camuflar policiais, o que rendeu uma reação dos grupos armados (PILAGALLO, 2012, p. 211).

Essa fase durou até 1984, quando o jornal rompeu definitivamente com o regime militar e se destacou por sua ampla cobertura sobre as Diretas Já, movimento civil pela volta das eleições diretas para presidente. Assim, a Folha se consolidou no mercado pós-1985 como um veículo plural e democrático.

Foi com base na relação do jornal com o regime militar e na ideia dos grandes conglomerados de mídia como “vitrines impositivas” da memória que este artigo resgata a efeméride de 50 anos da ditadura militar, em 2014, e a forma como ela foi retratada pelos “óculos”⁶ da Folha de S. Paulo. Para isso, foram sistematizadas e analisadas matérias em três momentos desta cobertura especial: dias 31 de março e 1 de abril de 2014, no jornal impresso; a edição 91 da Folha 10, lançada nos dias 29 e 30 de março de 2014; e o especial multimídia sobre o golpe militar, lançado em 23 de março de 2014.

Com a leitura do material selecionado, pode-se perceber como a desigualdade de gênero ainda afeta os meios de comunicação e, conseqüentemente, influencia na construção da narrativa amplamente difundida por eles. Ao considerar o passado como fator determinante para o futuro, este presente artigo tem como desafio recuperar esse momento autoritário, controverso e violento da história para que, posteriormente, ele não volte a se repetir.

A DIVERSIDADE DA LUTA FEMININA

Às mulheres, sempre foi restrito o dever da casa, dos filhos e o bem-estar da família. O espaço permitido era o privado, e, quando público, uma presença masculina era necessária – seja um pai ou um marido. Perante o Código Civil de 1916, vigente até o ano de 2002, o marido era colocado na posição de “chefe da sociedade conjugal”, cabendo-lhe, por exemplo, a tarefa de administrar os bens de sua esposa e o direito de autorizar o exercício de sua profissão (ART. 233, IV).

Como reflexo dos ideais do período em que se insere, a legislação é uma forma de interpretarmos e resgatarmos a posição da mulher na sociedade civil, com os devidos

⁶ O conceito de “óculos” aqui abordado pode ser interpretado assim como o descrito por Pierre Bourdieu na sua obra “Sobre a televisão”, onde: “Os jornalistas têm ‘óculos’ especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem e não outras. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado” (1996, p. 25).

recortes de classe e raça e a partir do conceito de interseccionalidade⁷, firmado pelas autoras Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021).

Sem direito à participação política, mesmo com o voto já garantido desde 1932, a identidade da mulher da sociedade seicentista era privada de autonomia, “coisificada”, construída com base em um modelo de gênero pré-definido pelo próprio homem – o verdadeiro sujeito histórico, dono das relações de poder. Assim, quando uma mulher ousava desviar do papel social a ela destinado – submisso e reprodutivo –, ela era empurrada para a margem da sociedade, vista como promíscua, imoral.

Nesse contexto, quando João Goulart é deposto⁸ por um golpe militar em 1964, os direitos políticos do cidadão brasileiro são virados de cabeça para baixo. Aquele que era o vice de Jânio Quadros, o político da vassourinha que renunciou alguns meses depois de assumir em 1961, foi tirado do poder por uma conspiração conservadora entre a mídia, os militares, a elite e o imperialismo estadunidense.

A partir dessa prerrogativa, e com o golpe decretado, o marechal Humberto de Alencar Castello Branco assumiu a cadeira da presidência e deu início a uma ditadura que duraria 21 anos. A história, feita por homens, para homens e sobre homens, recorda da resistência ao período com base em uma figura estereotipada do guerrilheiro, que subtrai sua vida pessoal, suas contradições, seus anseios e resume a oposição a um grande e corajoso homem cercado de outros igualmente grandes e corajosos homens.

Por isso, descrever a oposição feminina e feminista⁹ ao regime militar em todas as suas variadas concepções é uma necessidade – da luta armada ao Movimento pela Anistia, das redes de solidariedade nos presídios, passando pelas travestis marginalizadas nos grandes centros urbanos às mães que ainda procuram pelos corpos

⁷ Entende-se a interseccionalidade como uma ferramenta analítica, que reconhece as relações interseccionais de poder afetam e influenciam todos os aspectos do convívio social e não se excluem entre si. Ou seja, “considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente”. (COLLINS E BILGE, 2021, p. 17)

⁸ Apesar de não caber neste artigo toda a conjuntura social e política que ajuda a explicar – e não justificar – o golpe contra Jango, herdeiro político de Getúlio Vargas, é válido enfatizar o desejo do então presidente por reformas de base que pudessem atender às demandas e anseios da população e dos movimentos sociais, o que incomodou os grupos dominantes do país.

⁹ O feminismo aqui interpretado tem como base a definição da escritora e ativista bell hooks, onde “feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão” (HOOKS, 2018, p. 17). Ou seja, um movimento de base popular, anti-imperialista e antirracista.

de seus filhos. Foram mulheres que ousaram falar de sexo¹⁰, mulheres que ousaram amar outras mulheres, mulheres que ousaram procurar seus familiares, mulheres que ousaram pegar em armas, mulheres que ousaram exigir comida para os seus filhos, mulheres que ousaram “ir ao açougue”¹¹. Afinal, como Ana Maria Colling aponta:

A mulher militante política nos partidos de oposição à ditadura militar cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões estabelecidos para os dois sexos. A repressão caracteriza a mulher militante como Puta Comunista. Ambas categorias desviantes dos padrões estabelecidos pela sociedade, que enclausura a mulher no mundo privado e doméstico. (COLLING, 2004, p. 7)

Ou seja, quando uma mulher entrava para a clandestinidade, a sua luta não era apenas contra a repressão, ela também lutava contra o patriarcado reproduzido e institucionalizado pelos agentes de polícia e por seus próprios companheiros de luta. Maria Amélia de Almeida Teles, a Amelinha Teles, em entrevista concedida à aluna-autora, relembra sua trajetória como militante do Partido Comunista do Brasil.

Segundo ela, na grande maioria dos casos, eram os homens que possuíam cargos de liderança dentro da esquerda e consideravam a pauta feminista de menor importância: “As mulheres eram tratadas de forma marginal na sociedade e ainda eram marginalizadas por eles. O projeto político revolucionário não incorporava as mulheres e suas pautas” (TELES, 2022, informação verbal).

A memória de Amelinha, apesar de individual, faz parte de um processo unificado que relaciona a memória de um indivíduo com o período e o grupo social que ele representa. Sobre isso, Pollak comenta:

O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo. (...) Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros. (...) mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida. (POLLAK, 1989, p. 8 e 12)

¹⁰ Rita Lee, por exemplo, foi a compositora mais censurada durante o período militar por suas letras que afrontavam “a moral e os bons costumes”.

¹¹ Marta Maria de Sá, travesti baiana conhecida como Martinha, afirmou em entrevista ter sido presa mais de 200 vezes, vítima de transfobia, durante a ditadura: “a gente ia comprar uma carne no açougue de manhã, a polícia via e levava”. (FERNANDES, 2018)

Amelinha foi presa e levada à Oban¹² em 1972, onde foi torturada pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Ela conta que seus filhos, Edson e Janaína, na época com 4 e 5 anos, foram levados para vê-la na cela em que estava sendo violentada como uma forma de intimidação e ameaça. Esse era um tratamento comum para mulheres que eram presas pela repressão: usar da sexualidade e da maternidade no momento da tortura, o que não acontecia com companheiros homens na mesma situação.

“Assim, crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos (...) Por serem do sexo masculino, os torturadores fizeram da sexualidade feminina objeto especial de suas taras” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 43 e 47).

Quando perguntada sobre a reconstrução da vida pós-tortura, Amelinha cita a rede de apoio feminina que a acolheu dentro e fora das prisões e a fizeram seguir em frente. “Elas me acolheram com muito carinho, compreensão e paciência. (...) Elas me deram mais autoconfiança, mais segurança e mais consolidação na minha perspectiva de luta. Sou muito grata às presas políticas” (TELES, 2022, informação verbal).

As que sobreviveram à tortura hoje contam o que passaram em busca de justiça – caso de Amelinha, hoje com 78 anos, e da ex-presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). No entanto, as que foram assassinadas também merecem ter suas histórias contadas. Dos 434 nomes listados no Relatório da Comissão Nacional da Verdade como mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar, 51 são mulheres.

Uma delas, Helenira Resende de Souza Nazareth, foi morta enquanto lutava na Guerrilha do Araguaia, massacre comandado pelas Forças Armadas contra guerrilheiros do PCdoB instalados na região. Helenira, mulher negra, liderança estudantil, marxista, é citada por Amelinha como "estrela-guia", tamanho seu legado deixado para as mulheres que continuaram e continuam na luta.

Se a participação das mulheres na oposição ao regime foi e é apagada pela memória coletiva, a existência das mulheres negras foi indiscutivelmente mais invisibilizada. Tauana Olivia Gomes Silva, historiadora que se dedica ao tema, afirma que: “A militância ativa nos grupos de resistência contra a ditadura militar permitia a

¹² Sigla para Operação Bandeirante, centro de informações criado pelo regime em 1969 para investigar as organizações de esquerda; se tornou um dos maiores centros de tortura da ditadura militar.

várias mulheres negras a afirmação de sua presença nos processos políticos, além de fazer ouvir suas reivindicações” (GOMES SILVA, 2014, p. 2).

Além de enfrentarem uma sociedade machista e serem consideradas subversivas por suas ligações com a esquerda, as mulheres negras ainda enfrentavam um cotidiano racista em um país que não havia completado nem 100 anos da abolição da escravidão. Helenira foi assassinada brutalmente em 29 de setembro de 1972. Foi presa e torturada até a morte pela ditadura militar. Sua trajetória, assim como de outras militantes negras, foi escondida no rodapé dos livros de História.

É de suma importância ressaltar que a resistência feminina não se limita somente à luta a mão armada. Entre os muitos casos que podem ser usados como exemplo, o Movimento Contra a Carestia foi extremamente marcante pela liderança de mães da periferia de São Paulo. Foram elas que, nos anos 70, denunciaram o alto custo de vida no país, que impossibilitava a compra do básico para alimentar seus filhos. Ana Dias, esposa do operário metalúrgico Santo Dias morto pela polícia em 1979, foi uma das principais articuladoras do movimento, que angariou mais de um milhão de assinaturas pelo congelamento do preço dos alimentos.

Além disso, na tentativa de encontrar seus entes queridos, as mulheres foram para cima da ditadura militar sem necessariamente empunharem revólveres. Outro caso de destaque foi a trajetória de Julieta Petit da Silva na busca por seus filhos desaparecidos, Maria Lúcia, Jaime e Lúcio, todos mortos na Guerrilha do Araguaia. Nos anos 90, Julieta comprou três jazigos em Bauru, interior de São Paulo, para enterrá-los. No entanto, quando morreu, em 2007, a mãe foi sepultada ao lado da professora Maria Lúcia, única que teve seus resquícios ósseos localizados. Lúcio e Jaime Petit da Silva seguem desaparecidos.

Hoje, com a ditadura militar sendo parte essencial para o pleno entendimento do debate público em efervescência no país, não se pode desvincular a memória dessas mulheres, mães, esposas e filhas, líderes comunistas, trabalhadoras sexuais, donas de casa e estudantes, do que foram aqueles 21 anos de supressão de democracia no Brasil.

ONDE ESTÃO AS MULHERES NO CINQUENTENÁRIO DO GOLPE?

Em 2014, o golpe de 1964 completou 50 anos. Era um ano de muita ebulição – a presidenta Dilma Rousseff (PT), primeira mulher a assumir o cargo na história do país,

foi reeleita com 51,64% dos votos no segundo turno contra Aécio Neves (PSDB). Dilma, ex-guerrilheira presa e torturada durante a ditadura militar, também recebeu em mãos o relatório final da Comissão Nacional da Verdade em dezembro, um dos documentos mais importantes do Brasil pós-redemocratização que apontou 377 pessoas como responsáveis por tortura e assassinato – nenhuma delas devidamente culpabilizada e punida; um reflexo do mau uso da Lei da Anistia¹³.

Em março, a Folha de S. Paulo, assim como os outros veículos de comunicação da mídia hegemônica, dedicou uma cobertura especial aos acontecimentos e envolvidos que depuseram o presidente João Goulart. Assim, para analisar essas publicações e atingir os objetivos do artigo, foram filtrados e escolhidos três momentos: as principais matérias que citam a ditadura militar nos dias 31 de março e 1 de abril, a edição 91 da Folha 10 publicada nos dias 29 e 30 de março, e o especial multimídia, que foi lançado ao ar no dia 23 de março.

Cada um desses momentos foi pensado quanto a sua representação da comunidade feminina que direta ou indiretamente se posicionou contra a repressão do período ditatorial. Além disso, também foi levado em conta a quantidade de jornalistas mulheres que participaram dessas publicações. As editorias de cada texto foram alocadas entre parênteses, após o título.

Sobre os gêneros jornalísticos, foi utilizada a “classificação Marques de Melo”, desenvolvida pelo pesquisador e jornalista José Marques de Melo onde “(...) os gêneros devem ser considerados como artifícios instrumentais que auxiliam a indústria midiática a produzir conteúdos, consistentes e eficazes, em sintonia com as expectativas da audiência” (MARQUES DE MELO e ASSIS, 2016, p. 45).

Sob essa ótica, o autor os dividiu em cinco: informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário – separados por sua função social e sua aptidão para agrupar diferentes formatos (MARQUES DE MELO e ASSIS, 2016, p. 49). Dentre os textos selecionados para esta pesquisa, apenas dois gêneros foram contemplados: o opinativo, que tem como função abrigar um fluxo de ideias, e o informativo, que trabalha a vigilância social.

¹³ A lei 6.683, sancionada pelo general João Figueiredo, entrou em vigor dia 28 de agosto de 1979 e anistiou todos os que cometeram “crimes políticos ou praticados por motivação política” entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979; no entanto, militantes acusam a lei de ter blindado a punição de agentes da ditadura que feriram direitos humanos.

JORNAL IMPRESSO: 31 DE MARÇO E 1 DE ABRIL DE 2014

A Folha de S. Paulo trata o dia 31 de março com certa timidez, onde a memória de 1964 ocupa uma pequena parte do jornal. Ao longo da publicação, são 12 textos que citam diretamente a ditadura militar – a maioria se enquadram no gênero opinativo. São eles: “Avanços e retrocessos” (Editoriais), por Valdo Cruz; “Civis que conspiraram” (Editoriais), por Ruy Castro; “Ontem e hoje” (Editoriais), por Aécio Neves; “1964: por que e para quê?” (Tendências/Debates), por Luiz Carlos Bresser-Pereira; “Brasil, 31 de março de 2014” (Poder), por Ricardo Melo; “Minha história de 1964” (Mundo), por Rubens Ricupero; e “Moda reaçã” (Ilustrada), por Gregorio Duvivier.

Dentre os textos de gênero informativo, temos: “Maior parte da população quer anular Lei da Anistia” (Poder), por Ricardo Mendonça; “Especialistas discutem 50 anos do golpe de 64 com foco na economia” (Poder), por Redação; “Ex-ministro de Jango lança livro sobre o golpe militar” (Poder), por Redação; “Índios, as maiores vítimas da ditadura” (Cotidiano), por Leão Serva; e “‘Roda Viva’ inicia programação sobre o golpe de 64 na TV Cultura” (Ilustrada), por Redação.

Nenhum deles cita ou foi assinado por uma mulher.

Já no dia 1 de abril, percebe-se que o número de publicações relacionadas ao golpe de 1964 é ainda menor. São 9 textos que mencionam diretamente o período de repressão. Do gênero opinativo, estão: “1º/4/1964 - Cena de rua” (Editoriais), por Carlos Heitor Cony; “A ditadura venceu” (Editoriais), por Vladimir Safatle; “Sem segredos” (Tendências/Debates), por Peter Kornbluh; “Da modernização às oportunidades” (Tendências/Debates), por João Paulo dos Reis Velloso; “Nunca mais?” (Poder), por Janio de Freitas; e “O grande golpe da ditadura de 1964” (Mercado), por Vinicius Torres Freire.

Quanto aos textos categorizados dentro do gênero informativo, temos: “Dilma defende ‘pactos’ que garantiram fim da ditadura” (Poder), por Tai Nalon e Aguirre Talento; “‘Por 21 anos nossos sonhos foram calados’” (Poder), por Dilma Rousseff; e “Com enfoque econômico, debate aborda 50 anos do golpe de 1964” (Poder), por Redação.

Pode-se perceber que uma das matérias foi coescrita por uma jornalista, Tai Nalon, que também cita a então presidenta Dilma Rousseff. Além disso, há uma

transcrição na íntegra do discurso de Dilma sobre a efeméride. Ou seja, de 9 textos, 2 contam com algum tipo de representação feminina de fato.

JORNAL IMPRESSO: FOLHA 10

A Folha 10, uma coletânea que se apresenta como “o melhor da semana em 10 textos”, teve em sua 91ª edição um especial sobre a ditadura militar. Esta foi publicada no jornal impresso da Folha nos dias 29 e 30 de março de 2014. É importante ressaltar que os dois dias contam com os mesmos dez textos, em que 6 são artigos opinativos, 3 são entrevistas e 1 é uma matéria, todos publicados entre os dias 23 e 27 de março de 2014. O suplemento não é dividido por editorias.

Os textos opinativos são: “1964... 2014”, por Elio Gaspari; “29 anos de democracia”, por Vinicius Mota; “O orgulho do assassino”, por Clóvis Rossi; “Filhos da resistência”, por Alexandre Padilha; “Herança da ditadura”, por Marcelo Ridenti; e “A ditadura cronológica”, por Daniel Aarão Reis.

Por fim, entre os informativos: “Ecos de 64”, entrevista com Fernando Henrique Cardoso por Ricardo Balthazar; “Não houve ditadura”, entrevista com Célio Borja por Bernardo Mello Franco; “O horror”, por Bernardo Mello Franco; e “Luta armada”, entrevista com Cid Benjamin por Bernardo Mello Franco.

Nenhum deles é escrito por uma mulher, e apenas 3 deles citam superficialmente alguma, sendo eles: “1964... 2014”, “Ecos de 64” e “O horror”.

ESPECIAL MULTIMÍDIA

Analisar a publicação digital¹⁴ da Folha sobre 64 foi uma tarefa distinta de analisar o jornal impresso, já que o especial não segue um modelo jornalístico comum, que elenca em ordem de importância a informação, muito menos é assinado por um jornalista em específico. O que a Folha faz é trazer um panorama quase cronológico da ditadura militar, apresentando gradualmente os envolvidos e trazendo relatos de opositores e apoiadores da repressão.

¹⁴ Como complemento, vale a pena comentar que no dia 23 de março de 2014, domingo em que o site foi ao ar, a versão impressa da Folha de S. Paulo dedicou um caderno especial para divulgá-lo que condensava toda a reportagem multimídia em 8 páginas.

O menu traz 10 seções – 8 de conteúdo e 2 de créditos. O conteúdo é dividido em “Introdução”, “A crise”, “A ditadura”, “A economia”, “A abertura”, “O acerto de contas”, “E se...” e “Artigos”; a partir disso, o especial é finalizado com as seções “Fontes e referências” e “Expediente”. Este último apresenta os 29 profissionais envolvidos no desenvolvimento da reportagem; apenas 5 mulheres são creditadas¹⁵.

O jornal convida 12 personalidades para darem seus relatos sobre o período e trazer vozes complementares ao texto. Por se tratar de um produto multimídia, que conta com uma variedade de fotos, áudios e vídeos que são intercalados com o material escrito, o que chama a atenção é o fato de todos os 12 entrevistados serem homens – importante frisar que todos também são brancos. Ou seja, a desigualdade de gênero, e, conseqüentemente, a racial, é perceptível no especial multimídia de um dos maiores, se não o maior, jornais do Brasil.

Nas seções que complementam o texto principal, os homens também dominam: em “E se...”, os textos, que fazem alusão a mudanças na história, são escritos por Ricardo Mendonça, e em “Artigos”, os conteúdos são assinados por Matias Spektor, Marcos Augusto Gonçalves e Oscar Pilagallo. A mulher recorde de citações é Dilma Rousseff, que é mencionada por seu papel histórico e sua relevância no contexto da época. No entanto, as poucas vezes que a participação feminina é tratada diretamente, ela envolve as mulheres em uma massa homogênea e superficial, como em: “Uma multidão tomou o centro do Rio por quatro horas no dia 2 de abril, com as mulheres à frente distribuindo fitas verde-amarelas e cantando hinos religiosos”.

Nomes de mulheres militantes, além de Dilma, não são mencionados. Por se tratar de uma reportagem, gênero definido por Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1986) como a “excelência da narração jornalística”, esperava-se também, ao menos, alguma menção ao Movimento Feminino Pela Anistia, idealizado por Terezinha Zerbini em 1975, ou ao Movimento Contra Carestia, organizado por mulheres da periferia de São Paulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁵ Sendo elas: Érica Fraga e Rayanne Azevedo em “Textos, entrevistas e pesquisa”, Fernanda Giulietti em “Design e desenvolvimento”, Melina Cardoso na narração de “A marcha do golpe” e Maria Tereza em “Tratamento de imagens”.

Como pôde ser observado, a mídia, como participante ativa da criação da memória, reforça a ideia de que os únicos agentes do jogo político são homens. No caso da ditadura militar, onde apenas 5 das 31 matérias que citam diretamente o período mencionarem sequer alguma mulher, fica perceptível que “as relações de gênero estão aí excluídas, apesar de sabermos que tantas mulheres, juntamente com os homens, lutaram pela redemocratização do país” (COLLING, 2015, p. 378).

De todos esses 5 textos categorizados, 4 citam Dilma Rousseff, que era presidenta na época e foi guerrilheira durante a repressão. Entende-se, pelas conclusões dessa análise, que Dilma recebeu esse destaque justamente por sua relevância política no contexto da época, já que estava a frente do cargo mais importante do país. Outro ponto a ser mencionado é que, na grande maioria dos casos, a Dilma mencionada nos textos é a Dilma-presidenta e a forma como ela se relaciona com o ecossistema político do Brasil – pouco se fala sobre a Dilma-militante.

A narrativa de 50 anos do golpe criada pela Folha de S. Paulo, jornal de indiscutível importância para o debate público no país, é pensada de forma a invisibilizar a comunidade feminina que resistiu à repressão, pegando ou não em armas. Além disso, a falta de jornalistas mulheres na cobertura especial do veículo em 2014 demonstra que a luta feminina por espaço na história e nos agentes construtores dela avança a passos lentos mesmo com cinco décadas de diferença.

Esse processo não é inédito e não acontece unicamente com as mulheres. Por anos, a comunidade negra, os povos indígenas, a população LGBTQIA+, a periferia e outros indivíduos que se encontram na margem das classes dominantes foram excluídos das narrativas oficiais e menosprezados dentro de suas próprias histórias, o que colaborou com um processo de homogeneização do sujeito histórico, que tem na figura do homem branco seu grande representante.

A história e a memória, enquanto processos construídos por muito tempo por esses mesmos homens, refletem seus preconceitos e limitações. Nesse contexto, a ditadura militar se apresenta como fator de alta relevância para o jogo político em curso no país. Apesar de mais de 50 anos terem se passado desde o dia em que João Goulart foi deposto e mesmo que o Brasil já viva em uma democracia há pelo menos 38 anos, a história, de forma cíclica, mostra que ainda não fomos capazes de superar aquele período de repressão e suas consequências.

Por fim, é possível concluir que a Folha se dedicou de forma escassa, especialmente no jornal impresso, a lembrar os fatos e personagens que participaram da ditadura militar. A grande maioria dos textos sistematizados podem ser enquadrados como artigos de opinião ou comentários e ocupam pequenas colunas no jornal, de forma a minimizar a cobertura e, conseqüentemente, o que ela representa. No ambiente virtual da Folha, o fato foi tratado com mais seriedade e aprofundamento.

REFERÊNCIAS

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

BRASIL. **Código Civil de 1916**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm>. Acesso: setembro/2022.

_____. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014.

COLLING, A. M. **50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero**. OPSIS, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 370–383, 2015. DOI: 10.5216/o.v15i2.33836. Disponível em:
<<https://revistas.ufg.br/Opsis/article/view/33836>>. Acesso: outubro/2022.

_____. **As mulheres e a ditadura militar no Brasil**. História em Revista, Pelotas, v. 10, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/11605>>. Acesso: outubro/2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERNANDES, Yuri. **Martinha: ‘Fui presa mais de 200 vezes na ditadura’**. #Colabora, 2018. Disponível em:
<<https://projetcocolabora.com.br/ods5/travesti-martinha-presa-mais-de-200-vezes-durante-a-ditadura-relembra-abusos/>>. Acesso em: agosto/2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Acervo Folha de S. Paulo**. Disponível em:
<<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso: agosto/2022.

_____. **O golpe e a ditadura militar:** tudo sobre. 2014. Disponível em:
<<http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/>>. Acesso:
setembro/2022.

_____. **O que foi a ditadura:** a árdua reconquista da democracia. Curso gratuito, 2020.
Disponível em: <<https://folhasp.lpages.co/campanha-o-que-foi-a-ditadura-menu-aulas/>>.
Acesso: janeiro/2022.

GOMES SILVA, Tauana Olivia. **A participação política das mulheres negras comunistas durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984)**. In: II Seminário Internacional História do Tempo Presente, 2014, Florianópolis. Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente. Florianópolis: UDESC, 2014.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo:** Políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. **Gêneros e formatos jornalísticos:** um modelo classificatório. Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, jan./abr. 2016.

OLIVEIRA, Semayat. ‘A luta não tem fim’: Ana Dias e a reação periférica contra a ditadura. **Memorial da Resistência**, São Paulo, 30 de novembro de 2021. Disponível em:
<<http://memorialdaresistencia.org.br/nos-mulheres-da-periferia-zona-sul/>>. Acesso:
setembro/2022.

PILAGALLO, Oscar. **História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem:** Notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Entrevista concedida à aluna-autora. São Paulo, 2022.